

Perspectivas de desenvolvimento no processo de ocupação de Juruena, MT: memória e história de migrantes

Perspectives of development in the process of occupation of Juruena, MT: memory and history of migrants

Soviana Foppa¹
Josemar de Campos Maciel²

¹ Bacharel em Administração de Empresas. Funcionária Pública Federal – UFGD, Dourados, MS. Mestranda em Desenvolvimento Local pela UCDB, Campo Grande, MS.

² Docente do Mestrado em Desenvolvimento Local da UCDB, Campo Grande, MS.

RESUMO **ABSTRACT**

Este trabalho é parte de uma pesquisa voltada para o levantamento das visões e expectativas de desenvolvimento do município de Juruena, MT, a partir do relato de pioneiros. Visa realizar e discutir um levantamento prévio das motivações que incentivaram a viagem desses migrantes nas primeiras décadas de fundação e consolidação do município, evidenciando as relações entre os ideais que nortearam a sua mudança para essa região e o processo de constituição da territorialidade local durante o processo de ocupação. A pesquisa situa a questão na literatura que discute a história, a memória e a economia mato-grossense, e dialoga com testemunhas e protagonistas a partir da discussão da história oral como formulada, entre outros, por Ecléa Bosi, Peter Burke, Pierre Bourdieu, Yu Fu Tuan. O material de campo se completa com consultas bibliográficas, documentais e de registros históricos do Estado e do Município.

What follows is an exploratory previous inventory and analysis of visions and expectations related to development, found among people that gave rise to the occupation of the County of Juruena, MT. One tries to develop a first sistematization of data related to the motivations that originated the departure of the immigrants since the first decade of creation and consolidation of the small city, focusing on the relationship between the ideals and expectatives that inspired their trip into the new territory and the construction of a local territoriality during the process of settlement and occupation. The research attempts to contextualize the issues in a wider set of problems discussed in the literature that deals with history, memory and economy of the state of Mato Grosso, and attempts also to establish a dialogue with witnesses and protagonists, starting from oral story considerations, as formulated, for instance, by Eclea Bosi, Peter Burke, Pierre Bourdieu and Yu Fu Tuan. Fieldnotes are gathered together with literature review, documents and historical archival data from the Province of Mato Grosso and the County of Juruena to provide such reasonable account.

PALAVRAS-CHAVE **KEY WORDS**

Desenvolvimento Local
Memória histórica
Territorialidade

*Local Development
Historical Memory
Territoriality*

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este trabalho insere-se num debate que tem forte viés historiográfico, em que se põe a questão da possibilidade de pensamento e de promoção de uma perspectiva de desenvolvimento em que aparecem mais vozes, entendida como um desabrochamento de possibilidades sociais e culturais, secundado pelo intercâmbio e pelas naturais tensões entre diferentes perspectivas. Essa proposição aos poucos vai amadurecendo e, ao invés de substituir os modelos mais centralistas, integra-se a diversas propostas econômicas, reivindicando a força da dinâmica social, ou mesmo instaura-se como denúncia de brechas ou insuficiências do modelo dominante.

Muito mais do que tentar propor uma visão de desenvolvimento, o presente trabalho faz parte do esforço de recuperar uma brecha na apropriação de um programa específico. No caso, trata-se do processo de ocupação dos espaços da região noroeste do Estado de Mato Grosso, espaço em que se praticou uma forma de ocupação mirando à promoção do desenvolvimento agrário como que capitaneado e normatizado pelo industrial. A percepção do lugar, de suas potencialidades, do que seria possível se fazer com ele, ou a partir dele, e a relação dessa percepção com modelos de desenvolvimento vigentes, em termos de seu funcionamento, é a tônica do presente trabalho.

A questão orientadora que subjaz ao esforço de escrita e de avaliação da documentação que vai sendo produzida e levantada, é sobre o funcionamento da ideia de desenvolvimento. Os pioneiros foram sendo arregimentados e investiram suas vidas quando se instalaram na região objeto de estudo, a partir de um ideário de bem estar, progresso e desenvolvimento. Estudar e delinear o cruzamento de suas falas e a documentação que as avalia e posiciona, torna-se fundamental.

1 ESPAÇO E TERRITÓRIO – CONSTRUINDO O LOCAL

Tornou-se importante para a elaboração deste trabalho, a fim de compreender o processo de ocupação de terras em meados da década de 1970 e 1980 na cidade de Juruena, MT, analisar as condições históricas a partir de documentos e da lei de criação do Município. Assim, procura-se entender a configuração territorial a partir dos conceitos de

espaço e território, na visão de autores como Claude Raffestin, Milton Santos e Antonio Brand.

Compreende-se por espaço, aquilo que é anterior e, de certa forma, dado como uma matéria prima, pois nele preexiste qualquer ação. “Local de possibilidades, é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática dos quais será o objeto a partir do momento em que um ator manifeste a intenção de dele se apoderar” (RAFFESTIN, 1993, p. 144). O espaço é constituído pelas formas mais as vidas que o animam, enquanto resultado da participação da sociedade nele (SANTOS, 2006).

Espaço e território não são termos equivalentes, e torna-se fundamental distinguir bem o que significa cada um. O espaço é anterior ao território e o território se forma a partir dele, ou seja, torna-se o resultado de uma ação conduzida por um ator que realiza um programa, em qualquer nível. Ao se aproximar de um espaço, de maneira concreta ou abstrata, o ator territorializa o espaço, como verifica Claude Raffestin. O Território é um espaço onde se projetou algo, e revela relações marcadas pelo poder. “O espaço é a prisão original, o território é a prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Considerando que a qualidade de vida das pessoas, tem a ver com seus territórios, sua identidade cultural e seus valores, recorre-se a Brand, que afirma “[...] emerge, com força, a questão dos territórios, em seu aspecto de construção cultural, ou enquanto espaço de afirmação da identidade e da autonomia de culturas distintas” (BRAND, 2001). Assim, o território é uma produção a partir do espaço, onde, motivado pelas relações que envolve, se revela num campo de poder (RAFFESTIN, 1993).

É nesse sentido que se deve entender que não existe homogeneidade de espaços, considerando que o próprio padrão geográfico é definido pela circulação, e esta, por ser mais numerosa, detém o comando das mudanças de valor no espaço (SANTOS, 2006).

2 A ORIGEM DA CIDADE

O Município de Juruena foi criado pela Lei Estadual n. 5.313, de 4 de julho de 1988, publicada no D.O.U. 04.07.88, *in verbis*:

Artigo 1. Fica criado o Município de Juruena, desmembrado do Município de Aripuanã.

Artigo 2. O Município ora criado é constituído dos distritos sede e de Cotriguaçu, cujos limites são os seguintes: Tem como ponto

inicial e final a barra do rio Tucanã, no rio Juruena; rio Tucanã acima até a ponte sobre a Rodovia MT-420; prossegue sobre a dita rodovia até o rio Canamã, por este abaixo até a barra do igarapé Vacacaí; sobe por este até a sua cabeceira; daí por um a reta a cabeceira do igarapé do Sul; desce por esse até sua barra no igarapé do Natal; sobe por este a barra do igarapé Açaí, [...]; por este acima até sua cabeceira na serra São João da Barra; seguindo pela referida serra no sentido noroeste até encontrar a linha de divida interestadual Mato Grosso/Amazonas; prosseguindo pela divisa no sentido leste, até a barra do rio Tucanã, ponto de partida. (ESTADO DE MATO GROSSO, 1988).

Como se pode denotar, o documento acima busca indicar a data exata da criação do Município de Juruena e, de forma precisa, a delimitação geográfica deste, que até então era distrito da cidade de Aripuanã. A escolha do nome do povoado se deu em homenagem ao rio Juruena, importante rio do Estado do Mato Grosso que banha o Município. Nesse sentido, Milton Santos (2006, p. 35) indaga sobre a possibilidade de se saber qual é a idade de um lugar, nesses termos:

Pode-se falar em “idade” de um lugar? A propósito desta ou daquela cidade nascida com a colonização é frequente ler que foi fundada em tal ou tal ano [...], esta é a data do seu nascimento jurídico, e daí por diante sua data cívica de aniversário.

Tal indagação tem como motivação entender se é possível falar sobre a criação de um lugar usando apenas critérios geográficos. Segundo o autor acima referido, a materialidade artificial pode ser datada por meio das técnicas, e elas são um feito histórico, por isso é possível saber o momento de sua origem, seja em escala de datação de um lugar ou de mundo. Santos (2006) destaca ainda que é o lugar que atribui às técnicas o princípio da realidade histórica e que a junção de todas essas técnicas dão a estrutura de um lugar.

Busca-se, sobretudo, ao se estudar um lugar e os atores que compõem esse território, explicar como aconteceu o nascimento desse local assim como sua situação geográfica. Situada ao noroeste do Estado do Mato Grosso, Juruena é uma cidade com uma população de 11.201 habitantes¹ (IBGE, 2007) e está situada a 830 quilômetros da capital

¹ IBGE. Censo 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=510517>>. Acesso em: 24 maio 2012.

Cuiabá. O Município foi criado em 4 de julho de 1988, porém, antes disso, foi fundada a Vila Juruena, no ano de 1978, através de um Projeto de Colonização, promovido pela Colonizadora Juruena Empreendimentos (SOUZA, 2002).

No sentido retrorreferido, verifica-se em “A terra para quem nela não trabalha”, de autoria de Alcir Lenharo (1986), a atuação das colonizadoras e como acontecia a divulgação das áreas de terras devolutas, bem como as facilidades encontradas em adquiri-las por particulares ricos, e que depois explorariam outros compradores. Ou seja, com um teor favorável à “Colonização Particular”, e de modo que as terras não fossem transferidas do Estado a agricultores para devida exploração através do seu trabalho. Na realidade, foram entregues a indivíduos que pretendiam explorar os próprios agricultores que desejavam a terra para trabalhar e produzir seu sustento (LENHARO, 1986). O que se passava era uma situação de emergência em vender as terras devolutas de Mato Grosso a particulares (HEINST, 2003).

Atraídos pela propaganda governamental da necessidade de integrar a Amazônia, e pela necessidade de abertura de novas fronteiras produtoras, esses desbravadores venderam suas pequenas propriedades e migraram para o Mato Grosso, Estado de terras férteis, boas águas e madeira abundante (SOUZA, 2002). Os anúncios sobre essas terras são encontrados em jornais de maior circulação em Mato Grosso e em outros estados (HEINST, 2003), com propagandas que apresentavam Mato Grosso como uma região de terras férteis à espera de trabalhadores que quisessem prosperar.

Além da propaganda sobre as terras, havia outros atrativos oferecidos pela Colonizadora e que contribuíram na decisão de compra das terras. Ela pretendia assentar os colonos em pequenas áreas, próximas à cidade, onde estes pudessem escoar a produção de pequeno porte e, em áreas maiores e mais distantes, os colonos que quisessem trabalhar com atividades normais e que não dependessem da sede (futura) do Município. A abertura de uma cooperativa agropecuária também fazia parte das promessas de assegurar a venda e a comercialização dos produtos cultivados e, finalmente, a garantia da propriedade, posse, jus e domínio, documentado legalmente (SOUZA, 2002).

A venda de terras representava para o Estado, além de ganhos econômicos e aumento de receita, a mudança de estágio de território

pouco povoado e não integrado ao restante do país. Então, esperava-se povoar os espaços vazios e obter grandes somas para a economia do Estado, como aponta Andréia de Cássia Heinst (2003), em sua dissertação de mestrado.

Na foto 1, ilustra-se a real situação do espaço que estava sendo explorado, na época da abertura da cidade, onde quase tudo se resumia a floresta e mata nativa:



Figura 1 – Foto de abertura da cidade em 1979.

Fonte: Acervo Municipal de Juruena, MT.

Constata-se na foto a intensa atividade de derrubada das matas para a abertura da cidade, construção de casas, escolas e aeroporto. Hoje a situação em que a cidade se encontra é bastante diferente, os espaços não estão vazios, e há uma vasta área de floresta devastada. Atualmente há no Município 11.201 habitantes, conforme dados do último censo (IBGE, 2007)², e as principais atividades econômicas são o extrativismo vegetal, agricultura, pecuária e comércio. Segundo dados da Prefeitura Municipal, a economia da cidade é composta da seguinte forma:

A base econômica é a indústria madeireira que absorve grande parte da mão-de-obra da área urbana, em torno de 60%, sendo

² IBGE. Censo 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=510517>>. Acesso em: 24 maio 2012.

o comércio formal a segunda fonte de absorção da mão-de-obra, 15% aproximadamente.

O comércio informal é quase inexistente, tendo algumas rendei- ras, costureiras e quitandeiras. Atualmente o funcionalismo público conta com 10% da mão-de-obra da zona urbana e o índice de desemprego fica em torno de 10% da população. Na agricultura destacam-se as culturas de arroz milho, café, mandioca, pupunha, abacaxi (para subsistência), produzindo ainda em pequena escala, árvores frutíferas. Os agricultores podem vender seus produtos semanalmente, na feira instalada na zona urbana.

A pesca é uma atividade praticada de forma amadora, mais como uma atração turística. Não abastece nem o consumo interno.³

A cidade tem como principal via de acesso a MT-208, que faz a linha Juruena-Juara e a infraestrutura atual ainda é precária, pois as condições das estradas não são boas e o asfalto não chegou até a região do Município objeto de estudo.

3 MEMÓRIA

Ao buscar uma compreensão sobre o processo de ocupação da área de terras então denominada Juruena, levou-se em consideração a história da cidade desde sua criação e a memória dos pioneiros que ocuparam essas terras e nelas vivem até os dias atuais. Busca-se então, por meio das narrativas um resgate à memória de histórias vividas. Em Memória e sociedade, Ecléa Bosi indaga a função da memória afirmando: “Não constrói o tempo, não o anula tampouco. Ao fazer cair a barreira que separa o presente do passado, lança uma ponte entre o mundo dos vivos e o do além, ao qual retorna tudo o que deixou à luz do sol” (BOSI, 1994, p. 59).

Assim, os relatos de memórias dos pioneiros que vivenciaram o período de ocupação e abertura dessas terras tornam-se registro importante para fundamentar questões como o motivo da vinda dessas famílias para o local e quais os sonhos dessas pessoas, aliados ao desenvolvimento do território em que vivem.

A memória é um dos suportes importantes para o sujeito coletivo encontrar-se ou para a definição dos laços de identidade (FELIX, 1998).

³ DADOS ECONÔMICOS. Disponível em: <<http://www.pmjuruena.com.br>>. Acesso em: 26 set. 2012.

A relação entre história e memória, ou o inverso, se faz presente nesse artigo, como uma forma de resgatar as lembranças daquela época, pactuando com os dados históricos do Município.

A memória está ligada às lembranças do vivido, com laços afetivos e sentimento de pertencimento ao grupo, mantidos ainda no presente. Logo, não é o físico ou o territorial que permite a existência do grupo, mas a dimensão do pertencimento social, gerado por laços afetivos que permitem a lembrança do vivido, geradora de uma memória social (HALBWACHS, 1990).

O suporte para a memória é o grupo social, e ela acaba quando se rompem os laços afetivos e sociais de identidade, pois é ele que permite a reconstrução das memórias, destacando assim, que quem desaparece é o indivíduo e não o grupo (FELIX, 1998). Dessa forma, torna-se importante o registro das narrativas dos sujeitos que se consideram pioneiros que ocuparam essas terras, como evidencia Halbwachs (1990, p. 80): “é fixá-las por inscrito em uma narrativa seguida, uma vez que as palavras e os pensamentos morrem, mas os escritos permanecem”.

Ao acabar a memória, inicia-se a história, registro esse que permite o distanciamento e a reflexão sobre as memórias, por se tratar de um registro histórico e não afetivo, mas operação intelectual (FELIX, 1998). Compreende-se, nesse sentido, o papel de resgatar a memória e registrá-la, evitando que ela se perca ao longo dos anos.

4 AS NARRATIVAS

Para a composição das narrativas, o destaque é o vivido, presente na lembrança e memória dos entrevistados, e toma-se como método de pesquisa de campo a história oral, amplamente utilizado por vários estudiosos.

Seguindo a análise de Thompson, o método é utilizado particularmente por sociólogos e antropólogos, que não se consideram historiadores orais. Contudo o enfoque sobre os métodos e a própria expressão “história oral” contribui para uma confusão acerca dos diversos aspectos da história, seja econômico, agrícola, médico e assim por diante.

[...] ao passo que a história oral não pode ser um compartimento da história, propriamente, é uma técnica que, presumivelmente, pode ser utilizada em qualquer ramo da disciplina. Sua denomi-

nação também sugere – na verdade requer – uma área de trabalho diferenciada, quando de fato, para quem quer que tenha coletado evidência oral em campo, durante qualquer espaço de tempo, é evidente que compilar fontes orais é uma atividade que aponta para a conexão existente entre todos os aspectos da história e não para a divisão entre eles. (THOMPSON, 1992, p. 104-105).

Quando se trata do uso da história oral ou de explicar sobre a função das narrativas, verificam-se as diversas compreensões acerca do tema, ora é bem aceito, ora é criticado por alguns autores. No entanto, em “A identidade cultural e a pós-modernidade”, Stuart Hall (2006) retrata a função da narrativa de modo positivo, a qual se aplica ao propósito desta pesquisa. Para o autor, a narrativa revela os eventos de forma temporal “começo-meio-fim”. Isso porque todo meio de representação deve traduzir seu objeto em dimensões espaciais e temporais - seja a representação escrita, pintura, desenho, fotografias ou simbolização através da arte ou telecomunicações.

Os relatos de memórias inseridos neste trabalho são de pessoas que viviam na região Sul do país, tais como Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e migraram para o Centro Oeste, especificamente para a cidade de Juruena, em busca de terras férteis e produtivas. O relato do proprietário pretende mostrar por quais motivos ele adquiriu suas terras no Município:

[...] eu moro em Juruena há 28 anos, exatamente 28 anos nós estamos aqui, e viemos para cá na época [...], na verdade foi porque nossa família, a empresa já mexia com madeira em Santa Catarina e há muitos anos meu sogro trabalha, há mais de 60 anos ele iniciou como marceneiro e tal e montou uma estrutura em Santa Catarina, e no final dos anos 70, 78.79, nós tivemos já, assim, uma visualização do fim da madeira em Santa Catarina. (Entrevista com A. S., natural de Santa Catarina).

Nesse depoimento, é possível perceber que o principal motivo da compra das terras era o fato de ainda existir na região a total preservação das matas e a intenção de explorá-las como atividade econômica, pois sua família já ganhava a vida com essa atividade.

Por sua vez, outro entrevistado relatou que:

Nós viemos pra cá pelo intermédio da Colonizadora [...], pra ver se nós conseguíamos melhorar de vida, porque lá a gente tinha

pouca terra e para conseguir um pouco mais de liberdade [...], pra ter mais lugar pra trabalhar, né? Aí só que a promessa da firma foi uma coisa e não cumpriram, se a gente não corresse atrás eles não estavam nem aí. São coisas que a firma até hoje ficou devendo pra nós. A gente foi lutando e batalhando, se dando um jeito, arrumando as coisas, se não conseguia vender aqui, vendia pra fora, pra Juína. (Entrevista com O. B., natural de Santa Catarina).

Como se percebe, o relato exposto acima, expressa a vontade em ter mais espaço para trabalhar, pois a área de terra que tinha no Sul era pequena. Assim como a maioria das pessoas que migraram para Juruena, o entrevistado migrou para esse local motivado pelas promessas da Colonizadora, com intenção de comprar uma área de terra maior e continuar com as atividades de agricultor. Também fica clara a insatisfação com as promessas feitas pela Colonizadora, no trecho em que diz: “são coisas que a firma até hoje ficou devendo para nós”.

Ainda no início de governo, o então presidente Getúlio Dorneles Vargas deixava claro em seus discursos a preocupação com o Centro-Oeste e a Amazônia, que na sua concepção eram regiões que precisavam ser **integradas** ao Brasil. Logo, necessitava de uma política de povoamento e de viabilização de estradas, conforme discorre Barrozo (2008), situação que se confirma pelas palavras do entrevistado:

Como o Mato Grosso estava sendo assim um Eldorado brasileiro, e com a motivação, inclusive do governo federal, para ocupação da Amazônia, é, que na época os militares, falavam né, integrar para não entregar a Amazônia. Então era essa era a política, tinha um incentivo, uma propaganda inclusive, muita propaganda da Amazônia, e nós viemos conhecer. Havia já um corretor de imóveis no Sul que tinha mapas e área pra vender, áreas que eram terras legalizadas, com escritura e tal, né, que foram terras adquiridas do governo do Estado, através de uma Colonizadora de São Paulo, a Juruena Empreendimentos, que comprou essas terras e esse pessoal estava oferecendo essas terras em Santa Catarina e aí a gente veio olhar [...]. (Entrevista com A. S., natural de Santa Catarina).

A palavra Eldorado tem como significado um país lendário e cheio de riquezas. “Este mito teve origem em Relatos de Orellanas, que descreveu ter descoberto uma região riquíssima em ouro. Pesquisadores relacionam a História com cerimônias de índios da Colômbia que se ba-

nhavam com o corpo coberto de ouro em pó⁴". Por acreditar na existência de um local que se aproximasse dessa definição, muitos migraram para um determinado território, como aconteceu com esses pioneiros. Mas, o que encontraram ao chegar nessas terras estava distante de ser um Eldorado. Havia natureza farta, abundante, muita terra para se trabalhar, mas também existiam dificuldades a serem superadas.

[...] tinha dificuldade toda hora, não havia energia, telefone nem pensar, era rádio né? muita dificuldade até que conseguimos instalar um rádio aqui. Na época a gente não tinha acesso à tecnologia como tem hoje. Hoje você compra rádio amador, da melhor qualidade em qualquer lugar, né? Naquela época não, aquelas caixa de abelha, sofrendo, tinha vez que passava uma semana inteira sem conseguir comunicação, né? Aí a única solução era ir a Vilhena para telefonar, 400 km, pra telefonar. Isso eu fiz algumas vezes [...]. (Entrevista com A. S., natural de Santa Catarina).

Como se pode inferir, foram muitas as dificuldades encontradas no início da ocupação: mosquitos, falta de instituições financeiras, de postos de abastecimento de combustível, de correios e linha de ônibus que trabalhasse de forma regular entre os municípios, precariedade dos serviços médicos etc. Havia apenas um médico atuando no hospital municipal, que passou a existir em 1980. As estradas que ligavam Juruena à capital Cuiabá e aos municípios vizinhos não eram asfaltadas (SOUZA, 2002).

Superadas as dificuldades iniciais, que perpassam os anos, mas que não deixam de existir em sua totalidade, e que foram apontadas pelos entrevistados durante a pesquisa, nota-se um sentimento de pertencimento a esse local, de construção de uma história e identidade, pois se trata de um espaço escolhido por essas pessoas para se estabelecerem.

Quanto à identidade, Stuart Hall (2006) explica a sua formação, que perpassa as fronteiras naturais: aquelas pessoas que foram "dispersadas" para sempre de sua terra natal e que ainda têm fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições, mas sem a ilusão de retornarem ao passado e ao lugar de origem. Essas pessoas são obrigadas a negociar com essas culturas que lhe são apresentadas,

⁴ História da ocupação da Amazônia. Disponível em: <<http://www.tomdaamazonia.org.br/biblioteca/files/Cad.Prof-4-Historia.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2012.

sem perder suas identidades. Carregam os traços das culturas e das histórias particulares pelas quais foram marcadas, porém não serão unificadas, porque elas são o produto de várias histórias e culturas interconectadas. Dessa forma, elas pertencem a uma cultura, a uma história, mas sem renunciar à outra.

Aplica-se nesse contexto a palavra “dispersada” avaliando que esses povos passam a pertencer a um novo território e adquirem uma nova cultura, mas trazem consigo os costumes e conhecimentos de seus lugares de origem, e não no sentido literal de serem varridas ou expulsas de sua localidade.

5 REVISANDO AUTORES SOBRE O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Na literatura recente que discute as questões relativas ao desenvolvimento, comparece uma crítica cada vez mais forte da ideia de que o Desenvolvimento é um objetivo a ser perseguido a partir de uma política centralizada, orquestrada de preferência a seguir um centralismo cultural e haver a maximização do lucro industrial. Entre os críticos dessa ideia, encontram-se os propositores do pensamento descolonial (MIGNOLO, 2008), e a proposição da crítica lança a pergunta sobre a gênese do ideário do desenvolvimento.

Em breves palavras, existe uma linha criticando as ideias sobre o desenvolvimento a partir do que seria um viés excessivamente abstrato – às vezes, denominado como sendo “economicista” (ELIZALDE, 2000); outra, criticando as ideias sobre o desenvolvimento a partir da proposição hegemônica de um único modelo, que força o mundo extremamente complexo a entrar em regimes fortes de contenção, para caber em camisas-de-força produzidas nos países centrais (CASTRO-GÓMEZ; GROSGOUEL, 2007); outra ainda, que caminha por baixo das duas perspectivas, busca alternativas para a proposição de outros caminhos de pensamento e de proposição de ações, e, sobretudo, de políticas de desenvolvimento, entendidas em sentido multiescalar e multicultural (BRAND, 2001; HALL, 2006).

Pontuando a questão do desenvolvimento, Vicente Fideles de Ávila mostra que nos anos 60/70 muito se investiu em estratégias para melhorar as condições infraestruturais dos países subdesenvolvidos, como o Brasil. Mas o que gerou na verdade foram efeitos contrários

ao desenvolvimento de fato no âmago da nossa base populacional. “Os investimentos geridos arbitrariamente concentraram a economia em áreas e pessoa privilegiadas, sobrando ao resto da população o pesadíssimo jugo da dívida com suas amargas e indeléveis consequências de deterioração social” (ÁVILA, 2000).

Nesse mesmo sentido, Ávila (2000) pontua que o desenvolvimento local consiste essencialmente no desabrochamento das capacidades e habilidades identificadas em uma determinada comunidade, claro, que com interesses comuns e situada em um território ou local com identidade social e histórica, para que, assim, ela mesma possa se tornar apta a planejar, controlar e avaliar o aproveitamento das potencialidades próprias, objetivando, de forma processual, a busca de soluções para os problemas de toda ordem e natureza, que lhe diz respeito cotidianamente.

O pesquisador em Antropologia, Claude Raynalt (2004), dispõe que não poderia existir nenhuma sociedade sem uma base material, como os corpos dos indivíduos que a compõem, e objetos cuja produção e consumo permitem a reprodução social e as interações biofísicas envolvidos na produção desses bens e objetos. Dispõe que essa base material é parte integrante do estudo do sistema das relações não materiais e que, unicamente, quando contribui para produzir e transformar as relações sociais e quadros de representação.

Em vista do exposto, pode-se afirmar que muitas realidades materiais não podem ser analisadas rejeitando-se que é o resultado da ação dos seres humanos, ou seja, dos seus saberes, desejos, projetos e sonhos, assim como suas formas de organização coletiva. Compreende-se, dessa forma, que, além de elementos interligados por relações bioquímicas e físicas, constitui-se também como o produto de uma sociedade humana e de sua história (RAYNALT, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A grande preocupação deste trabalho foi buscar uma compreensão sobre a ocupação de terras na cidade de Juruena, MT, por meio de estudos em documentos históricos disponibilizados pelo Município e amparados pela lei de criação. Buscou-se ainda um cruzamento das informações encontradas nos papéis com as falas dos entrevistados -

neste caso, os primeiros moradores da cidade. Assim, o cruzamento desses dados permitiu uma pesquisa rica em detalhes vividos naquela época, bem como a confirmação das informações obtidas nos documentos escritos.

Durante a composição desta pesquisa, muito se ouviu sobre a forma de ocupação das terras do Município de Juruena por parte dos moradores que migraram para lá na época da colonização. Com a intenção de entender o motivo da vinda desses pioneiros e as histórias vividas, se pensou numa maneira de entrevista que permitisse ao entrevistado resgatar as histórias vividas. Optou-se pela história oral, na qual as narrativas aconteceram de maneira informal, de forma que não provocasse constrangimento ao entrevistado.

Verifica-se que, nas décadas de 1970 e 1980, ainda se apresentava no Estado uma continuidade dos trabalhos de ocupação áreas de terra, típico das décadas de 1950 e 1960 em outros territórios da região. Mato Grosso é um Estado que, durante várias décadas, teve como principal objetivo a colonização/ocupação a todo custo e forma, não se importando com questões como o desenvolvimento social, planejamento ou outras questões que não fossem apenas as econômicas. A intenção era angariar lucros para o Estado e enriquecer ainda mais os cofres dos políticos e particulares donos de Colonizadoras.

Os Grupos que se deslocaram para essas áreas de terra relatam em suas narrativas um modo de ocupação e de que forma tiveram que produzir suas próprias condições de vida e assim driblar as dificuldades encontradas, criando raízes e identificando-se com aquele território. Assim, ainda que tenha sido difícil, nota-se a intenção de permanecer naquele território, onde criaram maneiras de sobreviver e laços de afetividade com o local e com outras pessoas que também passaram pelo mesmo sofrimento e dificuldades, os quais, sem dúvida, não constituíram barreiras ao desenvolvimento local

REFERÊNCIAS

ÁVILA, Vicente Fideles de. Pressupostos para formação educacional em desenvolvimento local. *Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande, MS, v. 1, n. 1, p. 63-76, set. 2000.

BARROZO, João Carlos. Políticas de colonização: as políticas públicas para a Amazônia e o Centro-Oeste. João Carlos Barrozo (Org.). *Mato Grosso: do sonho a utopia da terra*. Cuiabá, MT: EDUFMT, 2008.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRAND, Antônio. Desenvolvimento Local em comunidade indígenas no Mato Grosso do Sul: a construção de alternativas. *Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande, MS, v. 1, n. 2, p. 59-68, mar. 2001.

CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSGUJEL, R. (Eds.). *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2007.

DADOS Econômicos. Disponível em: <<http://www.pmjuruena.com.br>>. Acesso em: 26 set. 2012.

ELIZALDE, A. Desarrollo a escala humana: conceptos y experiencias. *Interações – Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande, MS, v. 1, n. 1, p. 51-62, set. 2000.

ESTADO DE MATO GROSSO. Lei Estadual n. 5.313, de 4 de julho de 1988, que cria o Município de Juruena. *Diário Oficial da União*, 4 de julho de 1988.

FELIX, Otero Loiva. *História e memória: a problemática da pesquisa*. Passo Fundo, RS: EDIUPF, 1998.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HEINST, Andréia de Cássia. *Pioneiros do século XX: memória e relatos sobre a ocupação da cidade de Mirassol D'Oeste*. 2003. 170f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de ciências Sociais, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, MT, 2003.

HISTÓRIA da ocupação da Amazônia. Disponível em: <<http://www.tomdaamazonia.org.br/biblioteca/files/Cad.Prof-4-Historia.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2012.

IBGE. Censo 2007. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=510517>>. Acesso em: 24 abr. 2012.

LENHARO, Alcir. A terra para quem nela não trabalha: a especulação com a terra no oeste brasileiro nos anos 50. *Revista Brasileira de História. "Terra e Poder"*, São Paulo, v. 6, n. 12, 1986.

- MIGNOLO, Walter. La opción descolonial. *Letral*, n. 1, p. 4-22, 2008.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- RAYNALT, Claude. Meio ambiente e desenvolvimento: construindo um novo campo do saber a partir da perspectiva interdisciplinar. *Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente*, n. 10, p. 21-32, jul./dez. 2004.
- SOUZA, Bernadete Margarida de. *Histórico: trabalho de pesquisa*. Escola Municipal 07 de maio, Juruena, MT, 2002.
- THOMPSON, Paulo. *A voz do passado: história oral*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

